CONSELHO DE ILHA DE SÃO MIGUEL

ATA NÚMERO ONZE

Aos dez dias do mês de fevereiro, do ano de dois mil e vinte e três, pelas dez horas e quinze minutos, reuniu o Conselho de Ilha de São Miguel, no Teatro Ribeiragrandense, na cidade da Ribeira Grande, conduzido pelo seu Presidente, Rui Coutinho, com as presenças e ausências constantes da lista, em anexo.

O Presidente do Conselho de Ilha saudou todos os presentes e agradeceu à Câmara Municipal da Ribeira Grande a cedência do espaço para a realização deste Conselho de Ilha, passando, de imediato, à verificação das presenças e de quórum.

Havendo quórum, deu seguimento ao primeiro ponto em agenda, colocando a votação as atas das últimas duas reuniões, realizadas em junho e outubro, respetivamente, as quais foram aprovadas por maioria, com seis abstenções dos conselheiros presentes.

Seguidamente passou ao segundo ponto em agenda – Substituição dos cabos submarinos de fibra ótica que asseguram as telecomunicações entre o Continente – Açores e Madeira.

Nesse ponto, o Presidente da Mesa, Rui Coutinho, começou por expor que, da sua parte, repudia a ideia de qualquer tipo de bairrismo, pois trata-se de um assunto meramente técnico. Lamenta a escassez de informação em torno desta temática que, em seu entender, merece ser debatida, pelo que, na preparação deste Conselho de Ilha consultou alguns artigos que saíram na Comunicação Social, designadamente do Eng. Mota Vieira, um comunicado do Governo Regional, datado de 13/12/2022 e uma entrevista do Diretor Regional das Comunicações, Eng. Pedro Batista, tendo enviado previamente aos Conselheiros o artigo de opinião do Eng. Mota Vieira, tecnicamente mais elucidativo do assunto a abordar.

Salientou que é preciso ter em atenção que o anel de ligação existente entre o Continente, os Açores e a Madeira, inaugurado em 2000 tem fim previsto em 2024/2025. Atualmente a proposta é de amarração à ilha Terceira, que depois é ramificada para S. Miguel, uma solução que tem gerado dúvidas e que exige respostas do ponto de vista técnico, passando por isso a palavra aos conselheiros que desejem intervir.

O Eng. Pedro Batista, Diretor Regional das Comunicações, em representação do Governo Regional, pediu para intervir, com o objetivo de fazer uma apresentação sobre a solução em causa e, sobretudo, para esclarecer e clarificar este projeto, que é da responsabilidade do Governo da República e que ligará os Açores e a Madeira ao Continente.

No uso da palavra, começou por esclarecer que esta é uma discussão pública que assenta em dois equívocos que fazem toda a diferença. Um deles é que todo este processo é da responsabilidade do Governo da República e não do Governo Regional, explicando que foi o Estado Português que incumbiu a IP Telecom de implementar a solução técnica atualmente existente.

Da parte do Governo Regional, foi criado a 13 de maio de 2019 um grupo de trabalho com a ANACOM, que reuniu sete vezes, desde julho de 2019, com o objetivo de criar um relatório que foi entregue em dezembro de 2019 e do qual constavam 25 volumes, com 12 recomendações. Este relatório foi realizado com a colaboração de várias entidades, das quais a NOS, a Alcatel, a Angola Table, entre muitas outras, tendo o mesmo sido posteriormente enviado a quem geria este projeto.

Todavia, a 30 de setembro de 2020 é emitido um Despacho do Ministério a incumbir a IP Telecom de conduzir o processo e a 29 de janeiro de 2021 a IP Telecom convoca uma reunião com o Governo Regional, onde apresenta um projeto que não acatava as recomendações anteriormente sugeridas.

A 26 de setembro de 2022 foi emitido o Decreto de Lei 62/22 que atribui competências à IP Telecom na gestão desse processo.

A 29 de novembro de 2022 houve uma audição à IP Telecom e é nesta data que começa a haver conhecimento da solução que viria a ser realmente apresentada.

A 18 de janeiro de 2022 o Governo Regional tem então a indicação do novo projeto da IP Telecom e surge o segundo equívoco, a solução apresentada inicia-se com a amarração Continente - ilha Terceira.

Nesse processo a preocupação do Governo Regional foi que a implementação do anel se iniciasse pelos Açores, porque em 2024/2025 o cabo existente estará em fim de vida, tendo, perante isso, sido garantido pela IP Telecom que o cabo se manterá em funcionamento até 2026.

O professor Mário Fortuna tomou a palavra e agradeceu a apresentação feita pelo Eng. Pedro Batista e, da sua parte, refuta também a ideia de qualquer debate bairrista, sobre esse assunto, pois trata-se de uma configuração para os próximos 30 anos, sendo um processo técnico e não bairrista. Entende que o Governo Regional só passou a acompanhar o processo a partir de determinada altura, quando a solução apresentada é a de S. Miguel deixar de ter amarração direta a Lisboa, passando esta a ser feita primeiro pela Terceira.

Do ponto de vista da Câmara do Comércio e Indústria de Ponta Delgada, a ilha de São Miguel é responsável por 60 a 70% da Economia dos Açores e por esse motivo deveria ser o principal destino e opção direta de ligação. É fundamental que não haja uma única perda das empresas, relativamente ao futuro, e esta solução torna claramente a ilha de São Miguel menos competitiva, colocando em risco a competitividade dos Açores. Além disso, o futuro passa pelo digital e os Açores não podem perder esse futuro, pelo que, não se conformam com a solução apresentada.

O Conselheiro Luís Pereira, no uso da palavra, dirigiu-se à Mesa do Conselho de Ilha, aferindo que este debate estaria inquinado, caso o Diretor Regional das Comunicações não estivesse presente, pois seria feita uma discussão com base num artigo de jornal, que não corresponde, na íntegra, à realidade dos factos. Na preparação deste Conselho de Ilha era importante terem solicitado informações mais concretas para apresentar a debate.

Todavia, considera que a decisão a ser tomada neste Conselho de Ilha tem de ser uma solução de futuro e que suporte as tecnologias do futuro.

Face às afirmações dirigidas à Mesa, o seu Presidente, Rui Coutinho explicou que o artigo de jornal enviado por mail aos conselheiros foi emitido por tratar-se de um documento da autoria do responsável técnico pelos cabos submarinos. É um artigo de um especialista na matéria, pois como puderam constatar, só hoje tiveram uma explicação técnica do assunto.

Não podemos descurar que os Açores são uma Região de riscos e perigos elevados, em termos de atividade sísmica e tectónica, mas também não podemos perder o foco nas questões objetivas e técnicas que irão ditar os próximos 30 anos, que serão muito exigentes do ponto de vista digital.

A Conselheira Sabrina Furtado, no uso da palavra, esclareceu que este é um assunto que não domina de todo, mas concorda com o Presidente da Mesa, pois abomina qualquer tipo de bairrismo. A seu ver, é lamentável que nos últimos 2 ou 3 anos não se tenha debatido esse assunto, apenas quando se falou na Terceira é que a discussão técnica se acendeu. Frisou que este é um projeto do Estado e as posições devem ser tomadas em prol dos Açores e do futuro das novas gerações e, por parte do Governo da República, houve grande desleixo na gestão e condução deste processo.

Lançou o repto para a marcação de um novo Conselho de Ilha para apresentar assuntos também importantes e que, à semelhança dos cabos, merecem ser debatidos, designadamente o novo estabelecimento prisional de São Miguel, o subfinanciamento da Saúde, a falta de ativos da PSP e a situação dos tribunais dos Açores.

O Presidente da Mesa, acatou a sugestão, da qual tomou boa nota, pois considera que o Conselho de Ilha deve ser interventivo e deve reunir para abordar assuntos pertinentes, embora nesse Conselho de Ilha devam cingir-se ao assunto em agenda. Concorda que houve atrasos nesse processo que, de momento, está em consulta pública, que é o momento certo para se introduzir eventuais alterações.

O Conselheiro Ricardo Rodrigues, na sua intervenção, começou por felicitar a convocatória deste Conselho de Ilha, para tratar de um assunto importante.

Manifestou que não percebe se o Governo Regional está ou não de acordo com o projeto em causa. Primeiro a amarração seria em São Miguel, mas, de repente, passou a ser primeiro pela Terceira. Tecnicamente não vê problema pelo atraso de dois milissegundos, pois não tem uma posição técnica sobre o assunto, mas politicamente nota que quem manda nessas matérias é a Terceira. Em seu entender a influência da Terceira com isso será maior do que São Miguel, e disso não tem dúvida nenhuma.

O Eng. Frederico Sousa, em representação da Câmara Municipal de Lagoa e como ex Diretor Regional com competência nas Comunicações explicou que, nesse processo há seis nomes com visões e enquadramentos distintos, referindo-se ao Eng. Mota Vieira, ao Eng. Pedro Moniz, ao Eng. Paulo Moniz, ao Eng. Pedro Batista, ao Dr. Francisco César e ao Dr. Pedro Matos da ANACOM.

O grupo de trabalho da ANACOM, tal como referiu o Eng. Pedro Batista, produziu um relatório complexo, moroso e bem conseguido, embora tenham surgido atrasos na sua persecução devido à pandemia e às eleições.

Esclareceu que este processo se encontra atualmente na fase de consulta pública e não em fase de contratação. Neste momento já está tudo definido e o facto é que os dois milissegundos para São Miguel são insipientes, uma vez que o mais importante é a latência. Todavia esta discussão é importante para esclarecer que a ilha de São Miguel não é prejudicada por esta solução, que foi aprovada por dois governos regionais, por ser a solução mais eficaz, embora a mais cara.

Há que tirar o maior proveito da solução que virá a ser implementada. Temos um Parque de Ciência e Tecnologia em São Miguel e esta é uma oportunidade para implementar uma solução de conectividade de alto débito no nosso Parque de Ciência e Tecnologia, porque a vantagem dessa ligação traria condições técnicas de comunicações únicas, com baixos custos e sem dependência de um operador comercial específico, permitindo acolher projetos inovadores no Nonagon. Para o efeito, seria necessário a IP Telecom criar as condições para a instalação de um PoP com ligação de alto débito aos cabos submarinos, sendo este o timing certo para fazê-lo. O foco é colocar São Miguel no centro das comunicações e embora o artigo de opinião do Eng. Mota Vieira seja elucidativo, não coloca todas as cartas em cima da mesa, por isso este Conselho de Ilha deverá emitir um parecer consensual e com visão de futuro.

O Eng. Pedro Batista concordou com o exposto pelo Eng. Frederico Sousa, realçando que todo este processo está a ser conduzido pela IP Telecom e não prejudica a ilha de São Miguel. A latência vai baixar, não devido ao cabo submarino, mas devido à rede terrestre utilizada pelo operador que nos coloca no cabo submarino.

Para além disso, frisou que o modelo atual se encontra centralizado há 20 anos, sendo agora a descentralização em termos de comunicações um ponto bastante positivo.

Relativamente ao artigo de opinião "Acorda São Miguel", do Eng. Mota Vieira, em seu entender, utiliza uma argumentação barroca e bairrista, para além de apresentar uma análise que não é totalmente correta tecnicamente, pois há desvantagens que não são apontadas.

Terminou, frisando que não vai haver concurso público, mas consulta prévia a 4 entidades, um processo sigiloso com apresentação de propostas até dia 13 de fevereiro.

O Conselheiro Mário Fortuna referiu que cada amarração é um ponto de risco, segundo o Eng. Mota Vieira e a ilha de São Miguel aumentará em termos de pontos de risco.

O Deputado António Vasco Viveiros deixou um alerta, relembrando que foi o Estado que assumiu o financiamento de todo este processo, pelo que, espera que não venham a ser retiradas verba comunitárias, no futuro. Os Açores têm de estar atentos aos custos com a evolução tecnológica para as empresas e para as famílias, que não devem, nem podem ser prejudicadas.

O Conselheiro Nuno Miranda pediu se seria possível que o sr. Diretor Regional Pedro Batista facultasse a este Conselho de Ilha a apresentação e projeto da IP Telecom.

O pedido foi prontamente aceite pelo Diretor Regional das Comunicações que se comprometeu a enviar o projeto por mail à Mesa, para depois o mesmo ser remetido a todos os conselheiros.

O Presidente da Mesa manifestou que há vontade de se emitir um parecer sobre este assunto. Contudo, há questões prementes que necessitam de argumentação científica, como é o caso de saber quem realizou os estudos geotectónicos deste projeto e o facto de

termos o anel regional em fim de vida, cuja manutenção não pode ser descurada até este processo estar concluído.

O Conselheiro Pedro Furtado, no uso da palavra, saudou a iniciativa da abordagem deste assunto e louvou as intervenções clarificadoras, quer do Eng. Pedro Batista, quer do Eng. Frederico Sousa. Ficou aqui esclarecido que esta solução não apresenta prejuízo para ilha de São Miguel e há evidências técnicas confirmadas, pelo que, não há qualquer tipo de bairrismo associado. Deste modo, propõe que seja evidenciado no parecer deste Conselho de Ilha que este é um processo técnico e não político, uma vez que não houve ingerência política na alteração da configuração do projeto.

O Conselheiro Pedro Melo, Presidente da Câmara Municipal da Povoação salientou que neste Conselho de Ilha estamos a defender a ilha de São Miguel, pelo que, não admite que se fale em bairrismos e é da opinião de que se tenha outro tipo de resposta.

A Conselheira Luísa Cordeiro usou da palavra para manifestar que, na reta final deste processo não se podem fazer exigências e não queremos, de modo algum, bairrismos, todavia lamenta que o Presidente do Conselho de Ilha da Terceira já o tenha feito publicamente na Comunicação Social, mas nós, em São Miguel, não enveredaremos por esse caminho.

Não admite que se diga que São Miguel está contente com esta opção, porque o mais lógico é que a amarração fosse feita primeiro em São Miguel e não sendo, a verdade é que a ilha fica prejudicada. É verdade que somos todos açorianos, mas no Conselho de Ilha de São Miguel, estamos a defender a nossa ilha.

O Conselheiro Fernando Cordeiro entende que há duas conclusões a tirar. A primeira é que, apesar de ser irrelevante há um prejuízo de dois milissegundos para São Miguel e a segunda

é que não sabemos qual a vantagem de a amarração ser feita primeiro na Terceira, pois isso não foi devidamente argumentado.

Após todas as intervenções, o Presidente da Mesa apresentou o seguinte parecer:

"O Conselho de Ilha de São Miguel, adiante designado por CISM, deliberou, por unanimidade, em reunião ordinária ocorrida hoje, no Anfiteatro II do Teatro Ribeiragrandense, emitir o seguinte comunicado, relativo à substituição dos cabos submarinos de fibra ótica que asseguram as telecomunicações entre o Continente – Açores – Madeira (CAM): 1. A opção pela solução adotada é da responsabilidade dos Governo da República, sem a oposição do Governo Regional dos Açores; 2. O CISM entende que a ilha de São Miguel é prejudicada com a solução adotada, por via do aumento do período de latência (em 2 milissegundos) e do risco de interrupção; 3. Não ficou demonstrada qualquer vantagem técnica de fazer a amarração primeiro na ilha Terceira; 4. A solução escolhida é a mais cara entre todas as opções consideradas; 5. Deverá assegurar-se uma ligação de alto débito direta entre o Parque de Ciência e Tecnologia de São Miguel – NONAGON e a estação terrestre de cabos submarinos; 6. O CISM quer ver refletido no consumidor a redução dos preços grossistas; 7. O CISM considera essencial e urgente o início dos trabalhos conducentes à renovação do anel interilhas; 8. O CISM recomenda que se inclua na fase de consulta pública, por parte da IP TELECOM, o sistema POP/IXP na fase de componente terrestre, no Parque de Ciência e Tecnologia de São Miguel – NONAGON; 9. O CISM recomenda que se proceda a um estudo técnico que permita encontrar soluções alternativas de emergência para as comunicações interilhas."

Colocado a votação, o parecer foi aprovado por unanimidade.

Posto isto, o Presidente do Conselho de Ilha agradeceu a presença e a partilha de informação por parte do Diretor Regional das Comunicações, Eng. Pedro Batista.

Relativamente ao ponto outros assuntos e antes de terminar a reunião, deu conhecimento do Voto de Pesar, dirigido a Maria da Conceição Rebelo Sousa Pedro e aprovado na ALRAA.

O Presidente da Mesa também se comprometeu a preparar uma proposta de Regimento para o bom funcionamento deste Conselho de Ilha.

O Conselheiro Nuno Miranda pediu a palavra para apresentar vários assuntos importantes, tendo, nesse momento, a maioria dos conselheiros abandonado a sala, verificando-se assim a falta de quórum para se avançar com o último ponto da agenda, referente a outros assuntos.

Os Conselheiros Nuno Miranda e Humberto Bettencourt mostraram a sua indignação e vergonha alheia pelo desrespeito demonstrado pelos conselheiros que se ausentaram da sala, ficando o ponto três inviabilizado pela falta de quórum.

O Presidente da Mesa, perante a situação, irá convocar uma nova reunião, solicitando para o efeito aos Conselheiros Nuno Miranda, Humberto Bettencourt e Mário Fortuna que enviem por email os assuntos que querem ver abordados, para poder convocar uma reunião extraordinária que dê continuidade a esta reunião, lamentavelmente inviabilizada no último ponto, por falta de quórum, situação que é deveras lamentável.

Terminadas as intervenções e, nada mais havendo a tratar, o Presidente do Conselho de Ilha deu por encerrada a reunião, pelas treze horas e trinta minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que, depois de lida e aprovada, será assinada por mim, que a secretariei, indigitada para o efeito, e pelo Presidente Rui Coutinho, que a conduziu.

O Presidente da Mesa do Conselho de Ilha de S. Miguel

A Secretária indigitada